



**IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS REFERENTES À
POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E
COMPLEMENTARES NO SUS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO
FEDERAL NO BIÊNIO 2021/2022.**

**IMPLEMENTATION OF STRATEGIC ACTIONS RELATED TO
THE NATIONAL POLICY FOR INTEGRATIVE AND
COMPLEMENTARY PRACTICES IN THE SUS: AN ANALYSIS OF
FEDERAL MANAGEMENT IN 2021/2022 BIENNIUM.**

DOI [10.5281/zenodo.10420272](https://doi.org/10.5281/zenodo.10420272)

CHRISTIANE SANTOS MATOS¹, ORCID:
CSMATOS@YMAIL.COM;

ELIANE DA COSTA ASSIS², COORDENAÇÃO DE SAÚDE DA PESSOA IDOSA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA/COORDENAÇÃO GERAL DE ARTICULAÇÃO DO CUIDADO INTEGRAL/DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO CUIDADO INTEGRAL/SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE/MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASÍLIA/DF/BRASIL, ORCID: [HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-4827-8442](https://orcid.org/0000-0003-4827-8442), E-MAIL: ELIANE.ASSIS@SAUDE.GOV.BR;

GABRIELA SANTOS ALMEIDA³, COORDENAÇÃO GERAL DE ARTICULAÇÃO DO CUIDADO INTEGRAL/DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO CUIDADO INTEGRAL/SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASÍLIA/DF/BRASIL,

DANIEL CÉSAR NUNES CARDOSO⁶, COORDENAÇÃO GERAL DO PATRIMÔNIO GENÉTICO; DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO GENÉTICO E CADEIAS PRODUTIVAS DOS BIOMAS E AMAZÔNIA; SECRETARIA DE ECONOMIA VERDE, DESCARBONIZAÇÃO E BIOINDÚSTRIA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. BRASÍLIA/DF/BRASIL, ORCID: [HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-2807-5878](https://orcid.org/0000-0002-2807-5878), E-MAIL: DANIEL.CARDOSO@MDIC.GOV.BR

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-0974-8237](https://orcid.org/0000-0003-0974-8237), EMAIL:

ORCID: [HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-8492-7254](https://orcid.org/0000-0002-8492-7254), E-MAIL: GABRIELA.ALMEIDA@SAUDE.GOV.BR;

CLEBER ALVARENGA MEDEIROS⁴, COORDENAÇÃO GERAL DE ARTICULAÇÃO DO CUIDADO INTEGRAL/DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO CUIDADO INTEGRAL/SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASÍLIA/DF/BRASIL, ORCID: [HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-1904-1123](https://orcid.org/0000-0002-1904-1123), E-MAIL: CLEBER.MEDEIROS@SAUDE.GOV.BR

JULIO MARIANO KERSUL CARVALHO⁵, COORDENAÇÃO GERAL DE ARTICULAÇÃO DO CUIDADO INTEGRAL/DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO CUIDADO INTEGRAL/SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASÍLIA/DF/BRASIL, ORCID: [HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-5437-3713](https://orcid.org/0000-0002-5437-3713), E-MAIL: JULIO.KERSUL@SAUDE.GOV.BR;

RESUMO

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) constitui um marco na ampliação das estratégias de cuidado para a população brasileira que busca o Sistema Único de Saúde. Desde a publicação da PNPIC em 03 de maio de 2006, o crescimento da oferta de procedimentos com práticas integrativas e complementares em saúde (PICS) nos serviços de saúde vem crescendo substancialmente, o que leva à necessidade de planejamento em todas as instâncias de governabilidade do SUS. O objetivo deste artigo é descrever as principais ações estratégicas empreendidas no escopo da gestão federal da PNPIC no Ministério da Saúde, considerando o período de gestão correspondente ao biênio 2021/2022. Foram analisadas as informações produzidas neste período, bem como documentos oficiais e artigos científicos relacionados à temática. Houve avanços importantes na gestão da PNPIC, como por exemplo, a criação da Câmara Técnica Assessora para as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, a implementação do Laboratório de Inovação em Saúde para as Práticas

Integrativas e Complementares em Saúde e a conclusão da 1ª etapa da Oficina Nacional de Prioridades de Pesquisa para as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Por outro lado, não foi possível transcender uma lacuna complexa como a criação de linha orçamentária/financeira específica para a PNPIC no Ministério da Saúde.

Os avanços empreendidos contribuíram para o fortalecimento da promoção da saúde na perspectiva da PNPIC, bem como nas ações de cooperações técnicas nacionais e internacionais, a despeito do curto tempo de gestão de apenas 2 anos.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Integrativas e Complementares em Saúde; Medicinas Tradicionais Complementares e Integrativas; Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS; Políticas Públicas; Sistema Único de Saúde; Atenção Primária à Saúde.

ABSTRACT

The National Policy for Integrative and Complementary Practices in the SUS (PNPIC) is a milestone in the expansion of care strategies for the Brazilian population seeking the Unified Health System. Since PNPIC publication on 3

May 2006, there has been a substantial increase in the supply of integrative and complementary health practice (PICS) procedures in health services, leading to the need for planning at all levels of SUS governance. The aim of this article is to describe the main strategic actions undertaken within the scope of the federal management of the PNPIC in the Ministry of Health, considering the management period corresponding to the 2021/2022 biennium. The information produced during this period was analysed, as well as official documents and scientific articles related to the subject. There have been important advances in the management of the PNPIC, such as the creation of the Technical Advisory Board for Integrative and Complementary Health Practices, the implementation of the Health Innovation Laboratory for Integrative and Complementary Health Practices and the conclusion of the first stage of the National Workshop on Research Priorities for Integrative and Complementary Health Practices. On the other hand, it was not possible to bridge a complex gap such as the creation of a specific budget line for the PNPIC in the Ministry of Health. The progresses made

contributed to strengthening health promotion from the perspective of the PNPIC, as well as national and international technical co-operation actions, despite the short management time of just two years.

KEY-WORDS: Integrative and Complementary Health Practices, Traditional Complementary and Integrative Medicines, National Policy on Integrative and Complementary Health Practices Public Policy, Unified Health System, Primary Health Care.

INTRODUÇÃO

A Organização Pan-Americana da Saúde/Mundial de Saúde (OPAS/OMS) reconhece as Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (MTCI) como um conjunto de recursos terapêuticos direcionados para atenção à saúde, alicerçados em conceitos teóricos e experiências de diversas culturas (OPAS 2023). Em sua Estratégia Global para as Medicinas Tradicionais, destacam-se, como recomendações o uso das MTCI para a saúde, o bem-estar e os cuidados centrados nas pessoas, a cobertura universal e a promoção da utilização segura e eficaz da MTCI, por meio da regulamentação, da investigação

e da integração dos produtos, práticas e praticantes (WHO 2013, 2019, 2023). No Brasil, as MTCI são denominadas como Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e o seu reconhecimento, com a finalidade de ampliar as possibilidades de cuidado integral no Sistema Único de Saúde (SUS), tem como referencial teórico a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), publicada via portaria ministerial nº 971 em 03 de maio de 2006 (Brasil 2006, 2015).

Com o crescimento da oferta e da procura das PICS no SUS, a PNPIC foi ampliada em 24 novas práticas, a partir da publicação das portarias ministeriais nº 849/2017 e nº 702/2018, totalizando 29 PICS recomendadas como recursos complementares no cuidado à saúde (Brasil 2017a-b, 2018d).

No decorrer dos 17 anos de implementação da PNPIC, diferentes ações estratégicas foram empreendidas com o intuito de expandir a ampliação do cuidado integral no SUS. Entretanto, existem lacunas importantes que ainda não foram superadas, como a aprovação de uma estrutura orçamentária/financeira específica para a PNPIC.

O presente artigo tem como objetivo descrever o panorama das ações estratégicas empreendidas no período de 2021 a 2022 na gestão federal da PNPIC, realizada no âmbito da gestão federal no Ministério da Saúde, apontando os avanços e desafios encontrados, assim como as lacunas não superadas e perspectivas para a evolução da PNPIC em território nacional.

METODOLOGIA

O presente estudo está estruturado na revisão e consulta a páginas web, documentos elaborados e publicações oficiais do Ministério da Saúde, bem como as ações diretas empreendidas na gestão federal da PNPIC, no período de 1º de fevereiro de 2021 a 04 de novembro de 2022, pela equipe que compunha a Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde/Coordenação Geral de Estratégia da Saúde da Família/Departamento de Saúde da Família/Secretaria de Atenção Primária à Saúde/Ministério da Saúde (CNPICS/CGESF/DESF/SAPS/MS).

Outras fontes, em especial artigos científicos, foram consultadas em bases de dados públicas como Pubmed, Biblioteca Virtual em Saúde sobre

Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (BVS-MTCl) e Scielo. Para a busca dos artigos relacionados à temática abordada neste presente trabalho utilizou-se os seguintes descritores em português: práticas integrativas e complementares em saúde, medicinas tradicionais complementares e integrativas, políticas públicas, sistema único de saúde, atenção primária em saúde, e os seus correspondentes em Inglês, ambos verificados quanto ao seu registro na plataforma de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH) (OPAS 2023).

RESULTADOS

Para facilitar a compreensão dos resultados, serão apresentadas as principais ações empreendidas segundo os 4 eixos aos quais estão vinculadas: (1) Gestão, (2) Promoção da Saúde, (3) Educação e (4) Pesquisa. Para cada um dos Eixos, estão indicadas as diretrizes vinculadas à PNPIC, pelas quais as ações empreendidas tiveram suas bases de elaboração.

1. Eixo Gestão

1.1. Ações para estruturação interna da CNPICS e atividades relacionadas à PNPIC

As ações empreendidas no “Eixo Gestão” estão relacionadas principalmente ao apoio aos estados e municípios na gestão e implementação da PNPIC, bem como as demais articulações com instituições nacionais e internacionais, que estabeleceram algum tipo de cooperação técnica com o Ministério de Saúde, instituições de ensino e afins. Estas ações estão vinculadas às Diretrizes 1, 5, 9 e 10 da PNPIC, que dizem respeito à “Estruturação e fortalecimento da atenção em PICS no SUS”, ao “Fortalecimento da participação social”, ao “Desenvolvimento de ações de acompanhamento e avaliação das PICS, para instrumentalização de processos de gestão” e à “Promoção de cooperação nacional e internacional das experiências das PICS nos campos da atenção, da educação permanente e da pesquisa em saúde”.

AÇÃO 1 - Implementação da Câmara Técnica Assessora em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (CTA-PICS)

Com o intuito de promover uma ampla discussão em âmbito nacional sobre os temas de interesse à PNPIC, bem como orientar o alto nível de gestão para tomada de decisão, foi criada a Câmara Técnica Assessora em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (CTA-PICS), por meio da Portaria nº 42 de 13 de julho de 2021 (Brasil 2021). Desde a sua instituição, até 04 de novembro de 2023, foram realizadas 5 reuniões oficiais da CTA-PICS entre setembro/2021 e agosto/2022, contando com a participação de pesquisadores especialistas, representantes das secretarias estaduais de saúde, responsáveis pela gestão dos serviços de PICS em cada uma das unidades federativas, bem como profissionais especialistas em PICS, Terapeutas Integrativos e atores sociais, compondo desta forma, um quórum de aproximadamente 40 convidados presentes em cada uma das reuniões da CTA-PICS. Na 1ª reunião, a temática da Educação Permanente/Continuada em PICS foi eleita em consenso entre os

participantes, como tema prioritário para discussão e elaboração de soluções para esta temática. Foi apresentado em cada reunião da CTA-PICS a síntese da discussão sobre as matrizes curriculares de 10 das 29 PICS recomendadas pelo MS, ação descrita com mais detalhes no “Eixo Educação”.

AÇÃO 2 - Projeto de Monitoramento e Avaliação da PNPIC

Para efetivar a proposta de Monitoramento e Avaliação (M&A) da PNPIC, foi necessário a execução de projetos isolados, com o objetivo de detalhar o cenário atual da PNPIC em território nacional, para então identificar as principais lacunas e elaborar um projeto para M&A da PNPIC. Neste contexto, foi necessário primeiramente desenvolver os seguintes estudos:

Etapa A - Estudo dos Sistemas de Informação Oficiais relacionados à PNPIC

Estudo de Caso sobre registro de procedimentos PICS na Atenção Primária à Saúde (APS): estudo comparativo, em parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, dos registros de procedimentos de PICS

realizados no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica e em registros próprios da Gerência de Práticas Integrativas em Saúde do Distrito Federal. Este estudo identificou as fragilidades dos registros de procedimentos PICS e indicou caminhos para otimização dos Sistemas Oficiais de Informação do MS referente às PICS.

Painel de Indicadores PNPIC: a organização de um painel de indicadores é um processo que demanda o tratamento dos dados dos sistemas de informação oficiais vigentes do MS. Com o foco no desenvolvimento do processo de M&A, os indicadores propostos para o primeiro ciclo de trabalho seguem o modelo da ficha de qualificação adotada pela Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Atenção Primária da SAPS/MS. A CNPICS iniciou a elaboração do painel com os 3 indicadores listados a seguir, inspirados no modelo utilizado pela SAPS/MS: I. Quantidade de procedimentos PICS na APS, II. Percentual de pessoas que realizaram procedimentos PICS na APS e III. Percentual de estabelecimentos APS que ofertam procedimentos em PICS.

Painel SAGE-PICS: iniciativa que propôs a elaboração de um painel com dados sobre a PNPIC na página da Sala de Apoio à Gestão Estratégica/Secretaria Executiva/Ministério da Saúde (SAGE-PICS/SE/MS). Surge da necessidade de estruturar informações para consulta interna e do público externo, sobre os dados disponíveis nos sistemas de informação vigentes, uma vez que as demandas de usuário referentes à oferta das PICS no SUS são frequentes, assim como questionamentos de gestores de diversos municípios do Brasil. Também, esteve em desenvolvimento um painel gerencial de indicadores de procedimentos PICS, registrados nos sistemas da Atenção Primária, Média e Alta Complexidade. Utilizando a tecnologia Power BI, iniciou-se o desenvolvimento de um painel com informações gerenciais sintéticas, para serem disponibilizadas internamente, em um primeiro momento, até o painel oficial da SAGE-PICS ficar pronto.

Etapa B - Diagnóstico da implementação da PNPIC no território nacional

Análise de situação de saúde: uma vez compreendidas as lacunas dos sistemas

de informação, torna-se imperativo realizar o aprofundamento do diagnóstico situacional da implementação da PNPIC em cada um dos estados brasileiros, seu real impacto, bem como uma análise de situação de saúde, que permita a avaliação da oferta de PICS no contexto da APS no SUS. Como princípio deste projeto, foi produzido um relatório de Análise de Situação de Saúde Nacional, contemplando as 5 regiões, os 26 estados e o Distrito Federal. Este relatório abordou informações demográficas, procedimentos de PICS na atenção primária, indicadores da atenção primária, mortalidade e morbidade.

Projeto piloto para avaliação da implementação da PNPIC em território nacional: destaca-se que no ano de 2022, foi idealizado, juntamente com a Universidade Federal de Santa Catarina, um projeto piloto de pesquisa intitulado “Diagnóstico e avaliação do impacto na sociedade de cinco práticas ofertadas pelo SUS, das que compõem as PICS no Brasil, no período de 2016-2021”.

AÇÃO 3 - Cooperações técnicas nacional e internacional - Termos de Execução Descentralizada e Termo de Cooperação.

As cooperações técnicas institucionais do MS, com instituições externas foram estabelecidas por meio de instrumentos contratuais como os Termos de Execução Descentralizadas (TED). Nenhum novo TED foi iniciado no período de gestão em questão, embora 1 novo TED havia sido elaborado com a Fiocruz-Brasília, focado na área de educação em PICS, com o foco de renovar os cursos gratuitos sobre PICS disponibilizados na plataforma AVASUS, porém, não foi aprovado o recurso financeiro para seguir adiante com a proposta. Apenas seguiu-se com o monitoramento dos 4 TED já celebrados e a avaliação de alguns dos produtos entregues pelas instituições parceiras: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O MS também estabelece parceria com a OPAS/OMS por meio de um Termo de Cooperação (TC) geral, com todas as ações da SAPS, incluindo as referentes à PNPIC.

1.2. Atividades de Cooperação Técnica Nacional Parcerias técnicas com outras Coordenações da SAPS/MS

Em 2021, foram iniciadas reuniões com os departamentos da SAPS e suas respectivas Coordenações do DESF/SAPS/MS, Coordenação Geral de Saúde Bucal, Coordenação Geral de Financiamento da Atenção Primária, Coordenação de Habilitação e Credenciamento da Atenção Primária, Coordenação Geral de Estratégia de Saúde da Família, Coordenação de Gestão do Cuidado na Atenção Primária, Coordenação de Saúde das Populações Específicas, Coordenação da Rede Complementar e Coordenação de Programas da Atenção Primária e com o Departamento de Promoção da Saúde. Em 2022, como desdobramentos desses diálogos, estabeleceu-se parceria para inserção de projeto piloto na temática das PICS, no âmbito do Programa Interministerial Abrace o Marajó. Foram estabelecidas essas articulações com o intuito de angariar parceria para a elaboração da Sala de Situação de Saúde para as PICS (SAGE-PICS) e elaboração de Indicadores.

Apoio técnico aos estados e municípios

A equipe técnica da CNPICS participou de 54 eventos/reuniões de trabalho e visitas técnicas a 25 municípios brasileiros até outubro/2022. Estas visitas técnicas formaram parte da estratégia de interlocução com gestores e profissionais de saúde, com o objetivo de fortalecer a implementação e ampliação das ações da PNPIC no território brasileiro.

Diálogos com os Conselhos Profissionais de Saúde

Com o objetivo de compreender as bases legislativas de cada Conselho, bem como as perspectivas sobre cada uma das habilitações regulamentadas em PICS, a CNPICS solicitou reuniões técnicas com os respectivos órgãos. Durante o ano de 2022, foram contactados e realizadas reuniões com os seguintes Conselhos: Conselho Federal de Serviço Social, Conselho Federal de Psicologia, Conselho Federal de Farmácia, Conselho Federal de Biomedicina, Conselho Federal de Biologia, Conselho Federal de Nutrição, Conselho Federal de Enfermagem, Conselho Federal de Medicina Veterinária, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Com o desenvolvimento dos diálogos, foi possível compreender a especificidade de cada um dos contextos das Profissões de Saúde e também estimular a discussão interna sobre as PICS, mediante as necessidades de formação de cada profissão, e a importância de se estabelecer normativas e resoluções sobre a temática no âmbito das habilitações profissionais. A pendência, com relação a esta ação, foram diálogos com o Conselho Federal de Odontologia e de Medicina que, por dificuldade de conciliar agendas, somado ao fato de ambos Conselhos terem passado por mudança de presidência no primeiro semestre de 2022, dificultaram o contato e tratativas para organização de reuniões e, por sua vez, o desenvolvimento de ações de cooperação. Avançou-se com a Comissão de PICS do Conselho Federal de Enfermagem, por meio do qual foi elaborado a proposta de recomendação de matriz curricular para a inserção das PICS como disciplina nos Cursos de Graduação em Enfermagem no território brasileiro, além de elaboração de um projeto para a formação dos Enfermeiros com as PICS, em parceria com o MS.

PICS e Saúde Indígena

Em conjunto com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e a Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso (SES/MT), a CNPICS estabeleceu uma parceria para a introdução das PICS na ampliação do cuidado da população indígena, atendendo à solicitação da SESA/MT. Em acordo com a SESA/MT e SES/MT, foi programada a realização de visitas técnicas aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) Xingu e Yanomami, no Estado do Mato Grosso, com a finalidade de conhecer o território, as necessidades, potencialidades e dificuldades de implementação, e dialogar com profissionais e usuários do SUS local.

PICS e Saúde do Idoso

Em 2022, A CNPICS foi procurada pela Pastoral Nacional do Idoso com o intuito de desenvolver um projeto de inserção das PICS no cuidado integral da saúde do idoso. Houve o início da discussão do projeto juntamente com a Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa com o objetivo de elaborar o projeto respeitando as diretrizes de ambas Políticas Públicas.

PICS e Saúde na Escola

A CNPICS foi convidada pela Coordenação de Saúde da Criança e do Adolescente para participar das reuniões de revisão do Programa Saúde na Escola (PSE). Foi acordada a possibilidade da publicação de um caderno sobre PICS no PSE.

Participação nas reuniões oficiais da Câmara Técnica Assessora da Política Nacional de Promoção da Saúde (CTA-PNPS)

O Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Promoção da Saúde (DEPROS) instituiu a Câmara Técnica Assessora da Política Nacional de Promoção da Saúde (CTA-PNPS), pela Portaria MS/SAPS nº 43, de 13 de Julho de 2021 (Brasil 2021b). A CNPICS esteve presente em 3 reuniões da CTA-PNPS, nos anos de 2021 e 2022. Na oportunidade, com intuito de favorecer os temas necessários e importantes para a implementação da PNPS no Brasil, foi elaborado um levantamento sobre ações transversais da PNPS com as demais políticas públicas do MS, na qual a CNPICS apresentou um elenco de ações de Promoção à Saúde relacionadas às PICS, nos quais destacamos a seguir:

ações de promoção em educação em PICS; Laboratório de Inovação em Saúde sobre PICS (LIS-PICS), produção e disseminação de conhecimentos e saberes; promoção de ambientes e territórios saudáveis por meio do Projetos de Farmácia Viva, dentre outros. Tal levantamento possibilitou um amplo debate que identificou muitos avanços, Contudo, destacou a necessidade de diversos aperfeiçoamentos em ações transversais da PNPS com demais Políticas Públicas.

Linhas de cuidado

As Linhas de Cuidado caracterizam-se por padronizações técnicas que explicitam informações relativas à organização da oferta de ações de saúde no SUS. Foram desenvolvidas sob a perspectiva do cenário de saúde pública brasileira, e sua implantação tem a Atenção Primária à Saúde como gestora dos fluxos assistenciais, sendo responsável pela coordenação do cuidado e ordenamento das Redes de Atenção à Saúde. A CNPICS em 2021 contribuiu com dados técnicos baseados em evidências científicas sobre PICS, que poderiam ser recomendadas na construção de seis linhas de cuidado, à

saber: Infarto Agudo do Miocárdio, Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, Insuficiência Cardíaca, Ansiedade, Depressão e Demência. Estas três últimas foram publicadas no ano de 2022, no site <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/> (Brasil 2023)

1.3. Atividades de Cooperação Técnica Internacional

As ações de cooperações técnicas internacionais foram desenvolvidas em parceria com a Assessoria de Assuntos Internacionais do Gabinete do Ministro (AISA/GM/MS) e o Núcleo de Fitoterapia e Plantas Medicinais do Departamento de Assistência Farmacêutica/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos/MS (NFPM/DAF/SCTIE). As ações a seguir foram desenvolvidas com o intuito de manter e/ou realizar novos acordos, com o foco das discussões direcionado para o delineamento dos interesses/necessidades de cada país e possibilidades de cooperação técnica entre o Governo do Brasil e os demais países. Neste sentido, representando a gestão da PNPIC no Brasil pelo MS, realizou-se reuniões com *a)* o Bloco

econômico BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), *b)* o Bloco IBSA (Brasil, Índia e África do Sul) e *c)* a Comissão Sino-Brasileira de alto nível de Concertação (COSBAN). Destas iniciativas, a que avançou mais rápido com resultados foi com o Governo da Índia, por meio da qual foi preparado um memorando de entendimento com atividades em cooperação técnica, focados na área de conhecimento das plantas medicinais, fitoterápicos e educação profissional em saúde, na área de MTCI em geral. Vale a pena mencionar que em 2022, a CNPICS também participou de eventos internacionais relevantes como a 13^a Reunião Anual da Rede de Cooperação Regulatória Internacional da OMS para Medicamentos à Base de Plantas em 2021 e o 1^o Workshop de treinamento inter-regional da OMS sobre a garantia da qualidade e a segurança das técnicas e dos profissionais de MTCI, colaborando com informações oficiais desde a perspectiva da PNPIC e da PNPMF. As ideias discutidas neste seminário só reforçaram positivamente o caminho que estávamos percorrendo nas discussões da CTA-PICS sobre as diretrizes para educação profissional em PICS.

2. Eixo Promoção da Saúde

Com relação à temática de Promoção da Saúde, as ações desenvolvidas neste eixo estão relacionadas ao desenvolvimento de projetos, que tenham como objeto central a promoção da saúde por meio das PICS, como ferramentas tecnológicas para ampliação do cuidado integral no SUS. Estas ações foram vinculadas às Diretrizes 4 e 11 da PNPIC, que dizem respeito ao “Estímulo às ações intersetoriais, buscando parcerias que propiciem o desenvolvimento integral das ações” e à “Garantia do monitoramento da qualidade dos fitoterápicos pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária”. As ações relacionadas às plantas medicinais e fitoterápicos sempre foram realizadas em consonância com as diretrizes da Política Nacional e Programa de Plantas medicinais e fitoterápicos (PNPMF), sob a supervisão e atuação conjunta com a equipe responsável pela gestão desta Política Pública, no Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) (Brasil 2016).

Grupo de trabalho interagencial sobre Plantas Medicinais e Fitoterápicos

Com o apoio da equipe técnica do NFPM/DAF/SCTIE/MS foi criado um Grupo de Trabalho sobre Plantas Medicinais e Fitoterápicos, composto por representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Cidadania (MC), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além de Pesquisadores especialistas na temática de plantas medicinais e fitoterápicos. O foco de discussão deste grupo foi a construção de alianças entre as instituições supracitadas, para elaboração de regulamentações interministerial sobre o cultivo e a distribuição nacional e internacional de plantas medicinais, que são destinadas à fabricação de fitoterápicos, à estruturação da cadeia produtiva, à capacitação profissional e à ampliação do acesso da população aos medicamentos fitoterápicos no SUS.

Laboratório de Inovação em Saúde sobre Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (LIS-PICS)

Em maio de 2022, foi concluída a implementação da 1ª edição do Laboratório de Inovação em Saúde sobre Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (LIS-PICS), em parceria com a OPAS/OMS (OPAS 2022). Foi realizada uma busca ativa, em âmbito nacional, de 6 experiências bem-sucedidas sobre implementação de serviços de PICS no SUS. Após visita presencial às experiências pré-selecionadas, foram organizadas visitas para filmagem dos documentários, escrita das experiências e organização dos seminários ao vivo, com cada um dos respectivos coordenadores das experiências. Como produtos, foram elaborados e postados na página web oficial do projeto (<https://apsredes.org/lis-pics/>), a qual contém todo o histórico do projeto LIS-PICS, e no Canal do YouTube (<https://www.youtube.com/@Portaldainovacaosaude/playlists>), onde podem ser acessados os documentários sobre cada uma das experiências, os seminários transmitidos ao vivo, 1 sobre a

publicação oficial do projeto e os demais, vídeos curtos de promoção do projeto LIS-PICS (Tabela 1).

Encontro Centro-Oeste de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (ECO-PICS)

A CNPICS participou da idealização e organização do 1º ECO-PICS, que ocorreu em Cuiabá/Mato Grosso em novembro de 2022, em conjunto com 3 Secretarias Estaduais de Saúde (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (DF). A proposta do evento foi reunir gestores, pesquisadores, profissionais que atuam no SUS e público em geral, com interesse na temática para discutir o contexto atual da implementação das PICS no SUS, na região Centro-Oeste do País. Na ideia original, o evento seria realizado anualmente, em 1 dos Estados da região Centro-Oeste, além do DF. Como produto do evento, seria elaborado um documento norteador para a implementação efetiva da PNPIC na região, possibilitando a oferta qualificada das diversas práticas aos usuários do SUS, como estratégia de promoção da saúde. Além disso, estava prevista a formação de uma Rede de

apoio entre os Gestores e profissionais especialistas.

3. Eixo Educação

Com relação às ações de educação em saúde no escopo da PNPIC, as mesmas foram vinculadas às Diretrizes 2 e 3, “Desenvolvimento de estratégias de qualificação em PICS para profissionais no SUS, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos para a educação permanente” e “Divulgação e informação dos conhecimentos básicos das PICS para profissionais de Saúde, gestores e usuários do SUS, considerando as metodologias participativas e o saber popular e tradicional”.

3.1. Elaboração de recomendações sobre as matrizes curriculares de ensino.

Foram organizadas reuniões técnicas específicas para discutir cada uma das 29 PICS recomendadas pelo MS, com relação à formação profissional no Brasil. Neste contexto, foram convidados profissionais da saúde e terapeutas integrativos especialistas em PICS, pesquisadores, representantes de empresas que trabalham com insumos

em PICS, associações e instituições de ensino que ofereciam algum tipo de curso referentes às 29 PICS recomendadas pelo MS. Estas reuniões tiveram como objetivo conhecer as matrizes curriculares dos principais cursos que estavam sendo ministrados no Brasil, suas potencialidades e lacunas, para definir a matriz curricular mínima e básica como recomendação para cada uma das PICS. Adicionalmente, o desenvolvimento de um padrão, que contemplasse o mínimo de conteúdo necessário em contribuição à construção de um padrão-ouro de qualidade dessas matrizes no Brasil, também constituiu o foco desses encontros. Decidiu-se iniciar o trabalho de elaboração das matrizes curriculares de ensino das seguintes PICS: Biodança, Dança Circular, Medicina Antroposófica, Musicoterapia, Terapia Comunitária Integrativa, Análise Bioenergética, Apiterapia, Cromoterapia, Terapia Floral e Termalismo Social. Considerando essas 10 PICS trabalhadas, as 6 primeiras já tinham matriz curricular de ensino padronizada por instituição ou associação formalizadas, sendo que algumas delas seguiam um padrão internacional de ensino. Por outro lado,

as 4 últimas PICS apresentavam distintas matrizes curriculares, não padronizadas, o que demandou a discussão das mesmas com grupos de especialistas. No caso da Terapia Floral, como temos mais de 30 Sistemas Florais identificados apenas no Brasil, cada um com suas particularidades, é natural que cada Sistema tenha o seu próprio curso de formação. Neste caso, foi necessário elaborar uma base curricular dividida em duas etapas: uma delas igual para qualquer Sistema e outra, específica dos conhecimentos técnicos para cada um dos Sistemas. A necessidade de estabelecer a carga horária mínima para as atividades práticas e de estágio obrigatório também foram discutidas. Após realizar o mínimo de 2 reuniões técnicas, nas quais essas matrizes curriculares foram extensivamente discutidas, 1 representante de cada um dos grupos foi convidado para participar das reuniões da CTA-PICS para apresentar a proposta pactuada. Uma vez aprovada na CTA-PICS, a proposta seria chancelada pelo MS. Vale a pena informar que todo este trabalho foi realizado em

colaboração com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES/MS), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS), Ministério da Educação e Ministério do Trabalho.

3.2. Produtos dos Termos de Execução Descentralizadas

Segundo mencionado anteriormente, o MS vem desde 2017 monitorando os TED com 4 instituições, com diversos produtos entregues, dos quais destacamos o excelente trabalho realizado pela UFSC, com o trabalho de formação de profissionais da Atenção Básica com a Auriculoterapia, que desde a implementação do projeto em 2017 até novembro/2022, teve 13.524 profissionais de saúde da APS certificados. Em 2022 iniciou-se o Curso de Acupuntura para Médicos da Atenção Básica, com a formação de 59 Médicos até novembro/2022.

4. Eixo Pesquisa

Incluem ações do Eixo Pesquisa todas aquelas ações que fazem referência às estratégias para o fortalecimento da pesquisa científica e demais atividades relacionadas à área. Estas ações estão

vinculadas à Diretriz 8 da PNPIC - “Incentivo à pesquisa em PICS com vistas ao aprimoramento da atenção à saúde, avaliando eficiência, eficácia, efetividade e segurança dos cuidados prestados”. Todas as atividades deste eixo foram sempre realizadas em parceria com a SCTIE/MS.

Levantamento sobre investimento em Pesquisa sobre PICS.

A ideia inicial da parceria com a SCTIE/MS era realizar um inventário de referência com uma abrangência mundial. Entretanto, a SCTIE/MS declarou à época não ser possível atender à demanda, segundo originalmente encomendada. Neste contexto, a proposta foi reformulada e acordou-se que o inventário de referências seguiria no escopo do território brasileiro (Brasil 2022). Com intuito de mapear o atual cenário de pesquisa científica em PICS, realizou-se uma revisão de diversos documentos internos do MS, bem como documentos produzidos por outras instituições, sendo eles: dados sobre financiamento de pesquisas científicas em PICS e documentos oficiais da OMS. Foi realizado um levantamento nas bases de informações oficiais do MS,

que culminou em uma publicação científica com um diagnóstico situacional do investimento em pesquisa para a área das PICS, no MS. Em linhas gerais, identificou-se um total de 214 projetos financiados pelo MS, dos quais 78,5% abordaram a temática de plantas medicinais e fitoterápicos, com maior número de projetos financiados na região Nordeste, por meio de duas chamadas públicas lançadas em 2013 e 2018, respectivamente (Zanchetta et al 2022).

Oficina Nacional de Prioridades de Pesquisa sobre Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (ONPP-PICS)

A organização e realização da ONPP-PICS foi uma ação idealizada e liderada pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde, em parceria com a SCTIE/MS, com o intuito de sistematizar as informações sobre as pesquisas científicas em PICS, para apoiar a tomada de decisão pautada em evidências, elencando as linhas de pesquisas científicas consideradas prioritárias nesta área. Por questões de recessão financeira, foi decidido que a ONPP-PICS seria dividida em duas fases: a primeira online e a segunda

presencial. Para otimização das discussões das lacunas de pesquisa em PICS foi identificada a necessidade de dividir, estrategicamente, as 29 práticas recomendadas na PNPIC em 5 grupos e mais 1 grupo específico sobre Políticas Públicas (Figura 1).

Cada grupo discutiu as lacunas de pesquisa, segundo a perspectiva da PNPIC e necessidades de geração de evidências na área de pesquisa científica. Foi produzido um relatório por grupo e o próximo passo seria levar estas lacunas para discussão na 2ª etapa da ONPP-PICS, num evento presencial, para pactuação das prioridades em pesquisa a serem sistematizadas na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa, específica para as 29 PICS recomendadas pelo Ministério da Saúde.

5. Ações transversais à todos os Eixos temáticos da PNPIC

5.1. Gestão de fluxo de processos e atividades internas

Paralelo às ações de gestão da PNPIC em todo o território nacional, a equipe da CNPICS também era responsável pela gestão dos processos de gestão internos do MS competentes a esta Coordenação. No início da gestão, em fevereiro de

2021, observou-se que não havia sido implementado nenhum tipo de ferramenta que facilitasse a gestão de fluxos para monitoramento das atividades internas ou externas que chegassem à CNPICS, ou ferramentas de gestão para acompanhamento dos projetos de cooperação técnica ou para monitoramento das atividades executadas por cada colaborador. Foi detectado no início da gestão 2021-2022, a ausência de documentos referentes às ações de gestão empreendidas, fato que demandou uma longa jornada da nova equipe para resgate de dados e sistematização da informação a fim de que fosse possível identificar o ponto de partida.

Mediante este contexto, foi desenvolvido um processo de monitoramento das atividades pelo Microsoft Teams, baseado na metodologia de gestão ágil de projetos, por meio do qual todas as demandas eram adicionadas ao programa e todos os colaboradores tinham acesso. Decidiu-se, criar algumas estratégias para sistematizar o trabalho em equipe: organização das informações em notas técnicas (no modelo exigido pelo MS); subdividindo-as segundo o grupo de conhecimento das áreas trabalhadas: (1)

Gestão, (2) Promoção da Saúde, (3) Educação e (4) Pesquisa. Desta forma, criou-se um arcabouço de informações técnicas sistematizadas para que as informações ficassem disponível ao acesso de todos e que, independente da presença dos Coordenadores, a equipe soubesse dar um retorno satisfatório à Gestão dos Gabinetes de Departamento, Secretaria ou Ministro, bem como a respostas externas. Neste contexto foi realizado:

I. organização da equipe em duplas de trabalho, de forma que a ausência casual de algum colaborador, seja por motivo de férias ou pessoal, não afetasse o andamento das atividades;

II. implementação de reuniões semanais com a equipe, nas quais todos os colaboradores informam uma síntese de atualização de cada atividade sob suas responsabilidades, com o posterior registro na plataforma de monitoramento do Microsoft Teams e, quando oportuno, por email institucional;

III. padronização de fluxo e conteúdo de respostas de todos os emails mais frequentes recebidos, notas técnicas, pareceres técnicos e apresentações em power point da CNPICS, com o objetivo de otimizar tempo, a qualidade das

respostas das demandas e ter um arquivo robusto de consulta, revisado segundo a necessidade.

5.2. Revisão das publicações oficiais relacionadas à PNPIC

O planejamento inicial incluía a revisão de todas as publicações oficiais do MS (Brasil 2015, Brasil 2018a-c) incluindo as portarias publicadas até 2020. Em análise de todas as publicações, a equipe pode dar início à revisão das portarias e foi identificada a necessidade de otimização dos dados relacionados aos sistemas de informação das PICS na atenção primária, bem como as informações sobre a Classificação Brasileira de Ocupações, geradas pelo Ministério do Trabalho.

Dada a complexidade e tempo necessário para revisão destas informações, uma vez que demandava interação e disponibilidade de outras Coordenações para acesso aos sistemas de informações, não foi possível a conclusão da revisão de todos os documentos.

5.3. Biblioteca Virtual em Saúde sobre PICS

Em parceria com a Coordenação de Disseminação de informações Técnico-

Científicas em Saúde/Secretaria Executiva/Ministério da Saúde (CODINF/SE/MS) e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde da OPAS/OMS (BIREME/OPAS/OMS), foi iniciada a tratativa para a elaboração de uma Biblioteca Virtual em Saúde específica para PICS (BVS-PICS). Embora exista a BVS-MTCI Américas (<https://mtci.bvsalud.org/pt/>), esta iniciativa pouco dialoga com as diretrizes da PNPIC. A elaboração de uma BVS temática sobre PICS surge da necessidade de estruturação de uma fonte oficial do Ministério da Saúde que concentre as informações de materiais já publicados para ampla divulgação em todo território nacional. Esta iniciativa atenderia a demanda de onde encontrar material atualizado sobre as PICS, que o MS recebia com frequência dos usuários do SUS e dos Gestores nas esferas municipais e estadual.

5.4. Descritores em Ciências da Saúde/Medical Subject Headings (DeCS/MeSH) para a criação da categoria das MTCI.

A BIREME/OPAS/OMS lançou uma consulta pública para contribuições na

elaboração da categoria de MTCI no DeCS/MeSH, divulgando oficialmente a iniciativa no website <https://decs.bvsalud.org/consulta-publica-mtci/>. A CNPICS apresentou formalmente as sugestões, previamente dialogadas e consensuadas com um grupo de trabalho formado pela Coordenação de Saúde das populações específicas (COPES/DESF/SAPS/MS), pela Coordenação de Gestão da Atenção da Saúde Indígena/Departamento de Atenção da Saúde Indígena/Secretaria Especial de Saúde Indígena (COGASI/DASI/SESAI/MS), pela Associação Brasileira de Terapia Comunitária Integrativa (ABRATECOM) e pelo DAF/SCTIE/MS. Foram enviados 15 termos como sugestão para inserção na revisão do DeCS/MeSH. O resumo do processo avaliativo da proposta submetida e avaliada pela BIREME/OPAS/OMS encontra-se resumido na Tabela 2.

5.5. Atividades em parceria com a Comissão Intersetorial de Promoção, Proteção e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Conselho Nacional de Saúde (CIPP-PICS/CNS).

A CNPICS participou ativamente das reuniões virtuais organizadas pela CIPP-PICS, em atenção às demandas desta Comissão. Ao longo do período de 2021/2022, a CNPICS colaborou com o compartilhamento de informações oficiais do Ministério da Saúde quando solicitado.

Nas atividades de Revisão do Plano Nacional de Saúde (PNS), 2020-2023, a sugestão dada pela CNPICS, aceita pelo CNS, foi a priorização da construção de indicadores, com vistas ao estabelecimento de um Plano de Monitoramento & Avaliação da PNPIC. Neste sentido, foi sugerido a inclusão dos indicadores elaborados e mencionados anteriormente: I. Quantidade de procedimentos PICS na APS, II. Percentual de pessoas que realizaram procedimentos PICS na APS e III. Percentual de estabelecimentos APS que ofertam procedimentos em PICS.

Considerações finais

Nestes 17 anos desde a sua publicação em 2006, a PNPIC apresentou avanços importantes do ponto de vista de sua ampliação enquanto Política Pública. Isso pode ser confirmado pelo número de procedimentos em PICS oferecidos no

SUS, que vem crescendo anualmente em diversos níveis de atenção à saúde no âmbito do SUS, em especial na Atenção Primária, contabilizando registros de ofertas desses serviços em mais de 70% dos municípios brasileiros. Mediante este crescimento, surgem também os desafios, como a estruturação de recomendações para as áreas de gestão, pesquisa, educação e promoção da saúde (Brasil 2023).

No Eixo de Gestão, destacamos a implementação da CTA-PICS, como uma estratégia bem sucedida, por meio da qual foi possível promover um fórum equânime de discussão com especialistas e gestores em âmbito nacional, para debater problemas complexos quanto às diferentes necessidades de ações para o fortalecimento da PNPIC. Tal estratégia foi de grande relevância para conhecimento dos problemas vigentes nas 5 macrorregiões do Brasil, a partir de onde, prioridades foram estabelecidas, considerando as diretrizes da PNPIC e as necessidades urgentes de solução. Em 2023, a Portaria nº 42 de 13 de julho de 2021, que instituiu a criação da CTA-PICS foi revogada e substituída pela Portaria nº 43 de 11 de julho de 2023, sendo agora denominada Câmara

Técnica Assessora da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (CTA-PNPIC). Independente da mudança de nome, espera-se que a essência da CTA continue como um fórum de democratização da participação de profissionais e gestores, sem privilegiar grupos ou instituições específicas, com debates que promovam a discussão de especialistas com percepções distintas, a fim de que soluções eficientes sejam consideradas na resolução de problemas na área das PICS no Brasil.

Ainda nas ações do Eixo Gestão, vale a pena mencionar a necessidade de melhorias constantes do processo interno de gestão, a fim de que informações de uma determinada gestão sejam preservadas. Dado o cenário delicado da troca de gestores da PNPIC no ano de 2021, momento no qual não houve transição dialogada entre Gestores, resultando em um grande desgaste mediante a constatação de diversas ações depreciativas, bem como ausência de registro histórico das ações empreendidas até 2020 na CNPICS, no âmbito da PNPIC. O tempo demandado para sistematizar as informações da gestão anterior foi consideravelmente

grande, impactando numa demanda grande de tempo empenhado para compreensão do que foi executado e o que ficou pendente. Reconhecendo que o trabalho desenvolvido no âmbito do MS é para a população brasileira e para o fortalecimento do SUS, um dos compromissos da Gestão que assumiu a PNPIC no biênio 2021/2022 foi deixar organizado um processo de governança baseado em gestão de programas e projetos, com informações sistematizadas, para que as mesmas sejam conservadas, independente de mudanças de Governo. Isso contribui para a otimização de tempo e resolução ágil das ações empreendidas no nível federal, em resposta às demandas de gestores das esferas estaduais, municipais e distrital, reforçando, desta forma, a seriedade e compromisso com as instituições parceiras e com o SUS.

Uma das fragilidades identificadas até 2020 foi o fato de que, desde a implementação da PNPIC, não foi elaborado um modelo para avaliação e monitoramento desta Política Pública, tampouco a elaboração de um rol de indicadores, e ausência de processos de gestão internos. Habimorad et al (2020) apontam, entre cinco temas analisados

sobre as potencialidades e fragilidades de implantação da PNPIC, a ausência de um plano de monitoramento e avaliação dessa Política. Com o objetivo de suprir esta demanda, foi iniciada a elaboração de um projeto piloto em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina que pretende avaliar a implementação de 5 PICS no território nacional, elaborado em 2022, tendo como base norteadora os guias ex-ante e ex-post da Casa Civil para avaliação de Políticas Públicas (Brasil 2018d,e). Uma das dificuldades internas da CNPICS no MS foi a aprovação de recursos financeiros para desenvolvimento deste projeto, que permaneceu sem solução concreta até 04 de novembro de 2022.

No contexto da Promoção de Saúde, foi de grande relevância trazer ao conhecimento público as experiências exitosas de implementação das PICS no SUS. Resguardados os distintos níveis de complexidades de implementação das 6 experiências selecionadas, vale a pena notar a repercussão positiva do projeto em nível nacional, pela excelência do trabalho realizado em parceria com a OPAS/OMS, equipe da CNPICS, gestores e especialistas envolvidos. Todo o conteúdo elaborado, as experiências

apresentadas e transmitidas oficialmente pelos canais oficiais da OPAS/OMS, contribuíram para que estas experiências servissem de inspiração para outros gestores e especialistas, na implantação das PICS no SUS (OPAS/OMS 2022).

Como ação de grande relevância e repercussão positiva no “Eixo de Educação”, destacamos o processo de discussão das matrizes curriculares, iniciativa pioneira em nível nacional. Uma das grandes complexidades da formação na área das PICS no Brasil reside na ausência de recomendações oficiais, com relação à uma estrutura de conteúdo mínimo nos cursos de formação pelas instituições responsáveis, o que dá margem para a oferta de cursos com uma variação muito grande de cargas horárias, gerando insegurança, em algumas situações, no processo de contratação profissional para oferecer estes serviços no SUS. Conduzida como uma ação de cunho interministerial e interagencial, foi de grande relevância a participação do MEC, do MT, além de áreas específicas do MS, como a SGETS/MS, a SCTIE/MS, bem como dos Conselhos Profissionais de Saúde e especialistas na área de PICS. Para o desenvolvimento

desse conteúdo, em especial para a identificação de lacunas nas matrizes curriculares, na aprovação de resoluções, normativas e oferta de novos cursos ou reconhecimento de habilitações profissionais. Ainda como destaque para esta área, vale a pena mencionar os diálogos com os Conselhos Profissionais da Saúde, que contribuíram sobremaneira para o esclarecimento de informações a respeito das habilitações profissionais com as PICS. Da mesma forma, vale destacar o fomento, por meio dos Conselhos, de uma correta compreensão sobre a PNPIC e as possibilidades de ampliação da área de atuação dos profissionais de saúde no SUS, mediante oportuna revisão das suas normativas e resoluções referentes às habilitações profissionais sobre PICS. Também foi estimulada a possibilidade de desenvolvimento de cooperações técnicas com o MS para a capacitação de profissionais de saúde com PICS. Considerando as atividades de uma equipe multiprofissional na APS, Barros et al (2018) destacam a hegemonia do poder técnico e político dos profissionais médicos, como um importante desafio a ser manejado para a implementação e reconhecimento

adequado do potencial das PICS como recursos tecnológicos válidos de ampliação do cuidado, e dos profissionais que trabalham com estes recursos. Telesi-Júnior (2016) amplia a discussão sobre as vantagens de integração do conhecimento entre medicina alopática e medicina tradicional, complementar e integrativa, e como uma solução de interseção destas duas racionalidades médicas poderiam otimizar sobremaneira os serviços de saúde oferecidos pelo SUS. Esta lacuna permanece ainda como um desafio pendente de superação na implantação das PICS no âmbito do SUS, a despeito de experiências exitosas documentadas (Santos & Tesser 2012, Losso et al 2017).

A análise das ações empreendidas no “Eixo Pesquisa” nos permite constatar o pioneirismo no processo de discussão da priorização de pesquisas científicas, tema que até então não havia sido abordado no MS para a área das PICS. A ONPP-PICS reuniu especialistas e gestores de todas as macrorregiões do Brasil, e a discussão contribuiu sobremaneira para a compreensão das lacunas de pesquisa para a área PICS, promovendo a reflexão de elaboração de

linhas de pesquisas que possam inspirar futuros projetos que venham gerar resultados e, por sua vez, contribuir com o delineamento de evidências científicas para fortalecimento da PNPIC. Uma vez concluída a ONPP-PICS e, portanto, o processo de definição das linhas de pesquisas, a próxima etapa prevista era a elaboração da Agenda Nacional de Prioridades em Pesquisa específicas para as PICS (ANPP-PICS). Outra ação idealizada para o Eixo Pesquisa foi o lançamento de uma nova chamada pública específica para a área das PICS, tendo como base norteadora o resultado encontrado no trabalho realizado por Zanchetta et al 2022, adicionalmente à definição das linhas de pesquisas prioritárias discutidas na ONPP-PICS, bem como outros trabalhos em andamento. Uma outra ação prevista era a instituição de uma Rede Nacional de Pesquisa em PICS, gerida pelo MS, para alavancar as possibilidades de colaboração técnica. Foi elaborada inclusive uma portaria para este fim, encaminhada para aprovação das instâncias superiores, porém, não foi concluído o processo, devido ao encerramento da gestão. Caso estas ações sejam levadas adiante no MS, a

elaboração da ANPP-PICS servirá como um documento norteador para o direcionamento mais assertivo da alocação de recursos financeiros para o fomento à pesquisa científica em PICS. Por outro lado, a Rede Nacional de Pesquisa sobre PICS, constituiria um fórum de troca de experiências valiosas para impulsionar a elaboração de evidências científicas em consonância com as diretrizes da PNPIC.

Para além do que foi compartilhado no presente trabalho como resultados da Gestão 2021/2022, muitas outras ações foram realizadas neste período, entretanto, dadas as restrições das publicações científicas em termos de caracteres, não é possível descrevê-las em sua íntegra, fato que levou os autores a priorizar as escolhas das ações a serem descritas no presente artigo.

A despeito do crescimento constante da oferta de serviços das PICS no SUS, como bem apontado por Silva et al (2020), apenas o crescimento da oferta não foi suficiente para a legitimação e reconhecimento necessários da PNPIC nas agendas prioritárias da saúde brasileira. O problema persiste e é facilmente diagnosticado quando se verifica aos longo dos 17 anos de

implementação da PNPIC, que um dos fatores que podem ter contribuído foi o fomento substancial aplicado à empreendimentos para ações descentralizadas, quando grande parte do esforço deveria ter sido empreendido em fortalecer e capacitar tecnicamente a equipe responsável pela gestão da PNPIC no MS, bem como obter a autonomia financeira para as atividades desta Política. As parcerias externas são de grande importância e devem continuar sendo realizadas, Entretanto, se a estrutura interna do MS não for fortalecida nos contextos técnico e financeiro, ficará difícil resguardar a sustentabilidade da PNPIC.

A gestão de Políticas Públicas em nível Federal é uma tarefa de alta complexidade, por envolver diferentes esferas de pactuação, geridas por autoridades com percepções distintas e muitas vezes, interesses políticos divergentes, numa mesma instituição. Considerando que tais pactuações devem sempre estar alinhadas com o macroplanejamento de uma Secretaria, que por sua vez atende às ações consideradas prioritárias na esfera maior do Ministério da Saúde, torna-se um desafio, de considerável dificuldade,

implementar ações que necessitam de aprovações de diferentes gestores. Vale a pena mencionar o fato da CNPICS não ser uma Coordenação oficializada no organograma do MS, o que implicou em algumas dificuldades burocráticas nos processos rotineiros de gestão e aprovação das ações ali empreendidas, com um longo prazo de espera para aprovação das demandas. Adicione-se a este desafio o fato da ausência de recursos financeiros próprios para o desenvolvimento das ações da PNPIC, o que reflete no impedimento da ampliação da força de trabalho e parcerias, sendo imperativo trabalhar com recurso remanescente e após definidas as prioridades de uma determinada gestão ministerial. Atualmente, nota-se uma reconfiguração na matriz estrutural da SAPS/MS, onde foi criado um novo Departamento de Gestão do Cuidado Integral, composto por 1 Coordenação Geral, sendo a Coordenação de Articulação do Cuidado Integral responsável pela Gestão de 4 Políticas Públicas, dentre elas, a PNPIC. Percebe-se que nesta nova estruturação não existe mais a CNPICS, mas sim, um Núcleo Gestor da PNPIC, vinculado à uma Coordenação Geral. Vislumbra-se que

esta nova configuração estrutural possa trazer soluções para os problemas que impedem o crescimento e reconhecimento efetivo da PNPIC, como vemos os avanços para outras Políticas Públicas, independente de flutuações no Governo Federal e disputas político-partidárias.

A experiências vivenciadas na gestão 2021/2022 demonstrou claramente que todos os desafios identificados podem ser transcendidos com a elaboração de planos de ações que contemplem recomendações oficiais do MS, desde que elaborados mediante ampla discussão, sob o olhar específico das necessidades locais de cada unidade federada, mediante análise de situação de saúde.

O presente artigo configura-se como um marco público na sistematização de ações da gestão da PNPIC, contribuindo desta forma como um registro público das principais ações empreendidas no âmbito da gestão federal.

Finalmente, deve-se ressaltar que a gestão federal da PNPIC, realizada no período de 1º de fevereiro de 2021 a 4 de novembro de 2022, cumpriu com o papel de fortalecimento da PNPIC no território nacional, com ações inovadoras e de

grande relevância para o processo. Apesar das restrições financeiras, do cenário político e epidemiológico delicados, no qual a prioridade em 2021 ainda eram as ações remanescentes relativas à pandemia de COVID-19, considera-se que, apesar do curto tempo de gestão de 1 ano e 9 meses, somado ao cenário delicado no qual as atenções e recursos estavam direcionadas à pandemia de alta gravidade e impacto como a COVID-19, foi possível empreender ações importantes que contribuíram para a evolução da PNPIC no cenário atual.

5. REFERÊNCIAS

Barros NF, Spadacio C, Costa MV. **Trabalho interprofissional e as Práticas Integrativas e Complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potenciais e desafios**. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 42, Número Especial 1, p. 163-173, setembro 2018. DOI: 10.1590/0103-11042018S111. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/WhJFzVYJtKrZs7zNjq5k49R/abstract/?lang=pt>. Acesso em 4 de julho de 2023.

Brasil, Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS no 971 de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde**. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html.

Acesso em 4 de julho de 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 190 p.

Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_programa_nacional_plantas_medicinais_fitoterapicos.pdf. Acesso

em 4 de julho de 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso.** 2a ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 96p: il. ISBN 978-85-334-2146-2. [Internet].

Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf. Acesso

em 4 de julho de 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 849, de 27 de março de 2017. **Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.** 2017a. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0849_28_03_2017.html.

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0849_28_03_2017.html.

Acesso em 4 de julho de 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº2, de 28 de setembro de 2017, ANEXO XXV. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.** 2017b.

Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.htm.

Acesso em 4 de julho de 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. **Glossário Temático de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018a. Disponível em:

<http://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MTM0Ng==>. Acesso em 4 de julho

de 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. **Manual de Implantação de Serviços de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.** Ministério da Saúde, 2018b.

Disponível em:

<https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MTM0NQ==>. Acesso em 4 de

julho de 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Conhecendo as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: Bioenergética.** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. – 1. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018c. 70 p. : il. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/bvsmms/reso>

[urce/pt/mis-39993](https://www.gov.br/urce/pt/mis-39993). Acesso em 4 de julho de 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 702, de 21 de março de 2018. **Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC.** 2018d. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html. Acesso em 04 de julho de 2023.

Brasil. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante.** Volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : Ipea, 2018e. v. 1 (192 p.). 2018d. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/153743_analise-ex-ante_web_novo.pdf/view. Acesso em 4 de julho de 2023.

Brasil. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post.** Volume 2 / Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. – Brasília : Casa Civil da Presidência da República, 2018f. v. 2 (301 p.). 2018e. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guiaexpost.pdf/view>. Acesso em 4 de julho de 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 42, de 13 de julho de 2021. **Institui Câmara Técnica Assessora em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (CTA-PICS).** Disponível em: [https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-42-de-13-de-julho-de-2021-](https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-42-de-13-de-julho-de-2021-331887419)

[331887419](https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-42-de-13-de-julho-de-2021-331887419). Acesso em 04 de julho de 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 43, de 11 de julho de 2023. **Institui Câmara Técnica Assessora da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (CTA-PNPIC).** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/saps/2023/prt0043_26_07_2023.html. Acesso em 28 de agosto de 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria nº 43, de 13 de julho de 2021. Institui a Câmara Técnica de Assessora da Política Nacional de Promoção da Saúde (CTAPNPS).** Disponível em: <http://aps.saude.gov.br/noticia/13136#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20e%20MS%29%20instituiu%2C%20por%20meio,da%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Osa%C3%BAde%20em%20todo%20o%20Pa%C3%ADs>. Acesso em 04 de julho de 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Inventário de referências sobre práticas integrativas e complementares em saúde, no Brasil.** Brasília, DF, 27 p, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resorce/pt/biblio-1442800>. Acesso em 04 de julho de 2023.

Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde. Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde - BIREME-OPAS-OMS. **Descritores em Ciência da Saúde.** Disponível

em: <https://decs.bvsalud.org/>. Acesso em 03 de julho de 2023.

Habimorad PHL, Catarucci FM, Bruno VHT, Silva IB, Fernandes VC, Demarzo MMP, Spagnuolo RS, Patrício KP. Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional e Práticas Integrativas e Complementares. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(2):395-405, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5GhvcX3KrXxFS5LqsFhpbVP/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 28 de agosto de 2023.

Losso LN, Freitas SFT. **Avaliação do grau da implantação das práticas integrativas e complementares.** *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. especial 3, p. 171-187, set 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/msvtPZBbyTQC84JjpCtYjQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 28 de agosto de 2023.

Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde. **Laboratório de Inovação em Saúde – Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.** Brasília, 2022. Disponível em: <https://apsredes.org/lis-praticas-integrativas-e-complementares-em-saude-pics/>. Acesso em 03 de julho de 2023.

Santos MC, Tesser CD. **Um método para a implantação e promoção de acesso às Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 17 (11) 3011-3024, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/LVNxyWmP5Kp7qcqhDV5w75g/?lang=pt>. Acesso em 28 de agosto de 2023.

Silva GKF, Sousa IMC, Cabral MEGS, Bezerra AFB, Guimarães MBL. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS.** *Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30(1), e300110, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/KrS3WpRhWWS34mccMtyxXPH/abstract/?lang=pt>. Acesso em 28 de agosto de 2023.

Telesi-Júnior E. **Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS.** *Estudos Avançados*, 30 (86), 2016. DOI: 10.1590/S0103-40142016.00100007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/gRhPHsV58g3RrGgJYHJQVTn/>. Acesso em 28 de agosto de 2023.

Zanchetta LM, Escudeiro MC, Vieira AGS, Medeiros CA, Assis EC, Almeida GS, Nunes IC, Carvalho JMK, Morel LJF, Cardoso DCN, Leal MB, Oliveira RMJ, Matos CS. **Evidências científicas em medicina tradicional, práticas integrativas e complementares e integrativas em saúde: investimento em pesquisa e perspectivas do Ministério da Saúde do Brasil.** *Revista Brasileira de Biomedicina*, v. 2, p. 117-134, 2022. Disponível em: <https://revistadabiomedicina.com.br/index.php/12222/article/view/106>. Acesso em 28 de agosto de 2023.

World Health Organization. **WHO Traditional Medicine strategy.** 2013. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/92455>. Acesso em 03 de julho de 2023.

World Health Organization. **Global Report on Traditional and Complementary Medicine.**

2019. Disponível em:

<https://apps.who.int/iris/handle/10665/312342>. Acesso em 03 de julho de 2023.

World Health Organization.

Traditional, Complementary and Integrative Medicine. Disponível em:

https://www.who.int/health-topics/traditional-complementary-and-integrative-medicine#tab=tab_1. Acesso em 03 de julho de 2023.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os profissionais que colaboraram com a gestão da PNPIC em nível federal, no Departamento de Saúde da Família/Secretaria de Atenção Primária à Saúde/Ministério da Saúde (DESF/SAPS/MS) no período de fevereiro/2021 a novembro/2022: Cláudia Vieira Lima, Luane Zanchetta, Isabelle Caixeta Nunes e Elisa Vianna Neves que atuaram como Assessores Técnicos e Ricardo Monezi Julião de Oliveira (Coordenador Substituto), Antônio Leopoldo Nogueira Neto (Coordenador Geral - Coordenação Geral de Saúde da Família/DESF/SAPS/MS), Michael Luiz Diana de Oliveira (Diretor Substituto - DESF/SAPS/MS), Renata Maria de Oliveira Costa (Diretora - DESF/SAPS/MS), Daniela Ribeiro (Secretária Nacional Substituta - SAPS/MS), Raphael Câmara Medeiros Parente (Secretário Nacional - SAPS/MS). Agradecemos também a Benilson Barreto (DAF/SCTIE/MS) e Lucas Morel.

NOTA: no período de 1º de fevereiro de 2021 a 04 de novembro de 2022, Christiane Santos Matos atuou como Coordenadora Nacional da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, gerida pela SAPS/MS.

Tabela 1 - Resumo dos produtos produzidos na 1ª edição do Laboratório de Inovação em Saúde sobre Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (LIS-PICS), 2021-2022.

Produtos Projeto LIS-PICS	Links relacionados
Canais oficiais do Projeto	https://www.youtube.com/@Portaldainovacaosaude/playlists https://apsredes.org/lis-pics/
Documentários - Projeto 4 Varas: Terapia Comunitária Integrativa em Fortaleza/CE	https://www.youtube.com/watch?v=v8WucC_r5_Q&list=PLQ2Ue6m-QUZK9qyNYvGkWKgZb7bPOHexf https://apsredes.org/projeto-4-varas-terapia-comunitaria-integrativa-em-fortaleza-ce/
Documentário 2 - Implementação da Política Distrital de Práticas Integrativas em Saúde no Distrito Federal	https://www.youtube.com/watch?v=v8WucC_r5_Q&t=59s https://apsredes.org/implementacao-da-politica-distrital-de-praticas-integrativas-em-saude-no-distrito-federal/
Documentário 3 - Programa de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Hospital do Servidor Público Municipal de São Paulo	https://www.youtube.com/watch?v=H9V0b6BWXtA&t=67s https://apsredes.org/programa-de-praticas-integrativas-e-complementares-em-saude-do-hospital-do-servidor-publico-municipal-de-sao-paulo/
Documentário 4 - Programa de Práticas Integrativas em Saúde no Centro de Reabilitação e Hospital Dia do Instituto de Psiquiatria do HCFMUSP	https://www.youtube.com/watch?v=z3ZaomqSyGY&t=2s https://apsredes.org/programa-de-praticas-integrativas-em-saude-no-centro-de-reabilitacao-e-hospital-dia-do-instituto-de-psiquiatria-do-hcfmusp/
Documentário 5 - Implementação da Terapia de Florais na Estratégia de Saúde da Família/SUS em Mato Grosso do Sul	https://www.youtube.com/watch?v=rBFAog5kek4&t=69s https://apsredes.org/implementacao-da-terapia-de-florais-na-estrategia-de-saude-da-familia-sus-em-mato-grosso-do-sul/
Documentário 6 - Estruturação da Farmácia Viva no SUS do Município de Jardinópolis/SP	https://www.youtube.com/watch?v=VnJf0QpyIcw&t=74s https://apsredes.org/lis-pics-estruturacao-da-farmacia-viva-no-sus-do-municipio-de-jardinopolis-sp/
Seminários de lançamento do projeto LIS-PICS - “A Integração das Práticas Integrativas e Complementares nos Serviços de Saúde”	Seminário 1: https://www.youtube.com/watch?v=nSjImohK7nQ&t=1109s https://apsredes.org/live-12-11-a-integracao-das-praticas-integrativas-e-complementares-nos-servicos-de-saude/ Seminário 2: https://www.youtube.com/watch?v=dCy1L0TLwGs&t=409s https://apsredes.org/praticas-integrativas-e-complementares-nos-servicos-de-saude-em-sao-paulo-e-no-distrito-federal/
Seminário de encerramento	https://www.youtube.com/watch?v=17rQCScyNQ&list=PLQ2Ue6mQUZK9qyNYvGkWKgZb7bPOHexf&index=
Síntese das 6 experiências selecionadas	https://www.youtube.com/watch?v=BSX009Iu0p8&list=PLQ2Ue6mQUZK9qyNYvGkWKgZb7bPOHexf&index=7
Síntese do Seminário Final:	https://www.youtube.com/watch?v=5pWsRFIFpYs&list=PLQ2Ue6mQUZK9qyNYvGkWKgZb7bPOHexf&index=16
Publicação oficial	https://apsredes.org/lis-praticas-integrativas-e-complementares-em-saude-pics/

Tabela 2 - Contribuições à Consulta Pública para a criação da Categoria Exclusiva DeCS Medicinas Tradicionais,

Complementares e Integrativas.

Termo sugerido para inclusão	Situação após análise BIREME/OPAS/OMS	Justificativa BIREME/OPAS/OMS
1. Medicina Tradicional Brasileira (MTB)	Não incluído	De acordo com a Metodologia de Indexação LILACS, que serve de regra geral para a criação do Tesouro DeCS, neste caso deve ser usado o descritor genérico coordenado com o Descritor Geográfico ou seja: "Medicina Tradicional das Américas - Brasil".
2. Arteterapia	Descritor MeSH	Anteriormente o descritor era Terapia pela Arte, houve mudança de status e hoje o descritor é Arteterapia.
3. Auriculoterapia	Descritor MeSH	Já consta do DeCS/MeSH
4. Biodança	Incluído em MT	—
5. Dança Circular	Não incluído	No momento não pode ser comprovada como técnica terapêutica, apenas prática sócio-cultural, de modo que escapa do escopo da categoria.
6. Geoterapia	Sinônimo	É sinônimo do descritor MeSH Terapia por Lama
7. Crenoterapia	Sinônimo	Foi incluído como sinônimo do Descritor MeSH Balneologia
8. Plantas Medicinais	Descritor MeSH	Já consta do DeCS/MeSH
9. Reiki	PEP MeSH	É conceito não preferido do descritor “Toque Terapêutico” do MeSH. Por já ser um conceito, não podemos desmembrá-lo do Descritor MeSH nem criar outro descritor com nome igual.
10. Shantala	Incluído em MT	—
11. Terapia Comunitária Integrativa	Incluído em MT	—
12. Medicamento Fitoterápico	Incluído em MT	Já era descritor de VS, foi incluído também em MT e também o sinônimo Produto Tradicional Fitoterápico
13. Remédio Caseiro	Não incluído	Comitê não encontrou justificativas para sua inclusão no momento
14. Garrafada	Não incluído	Comitê não encontrou justificativas para sua inclusão no momento
15. Banho de assento	Não incluído	Comitê considerou que não pertence ao âmbito da Categoria por compor terapia usada por diversas áreas da saúde

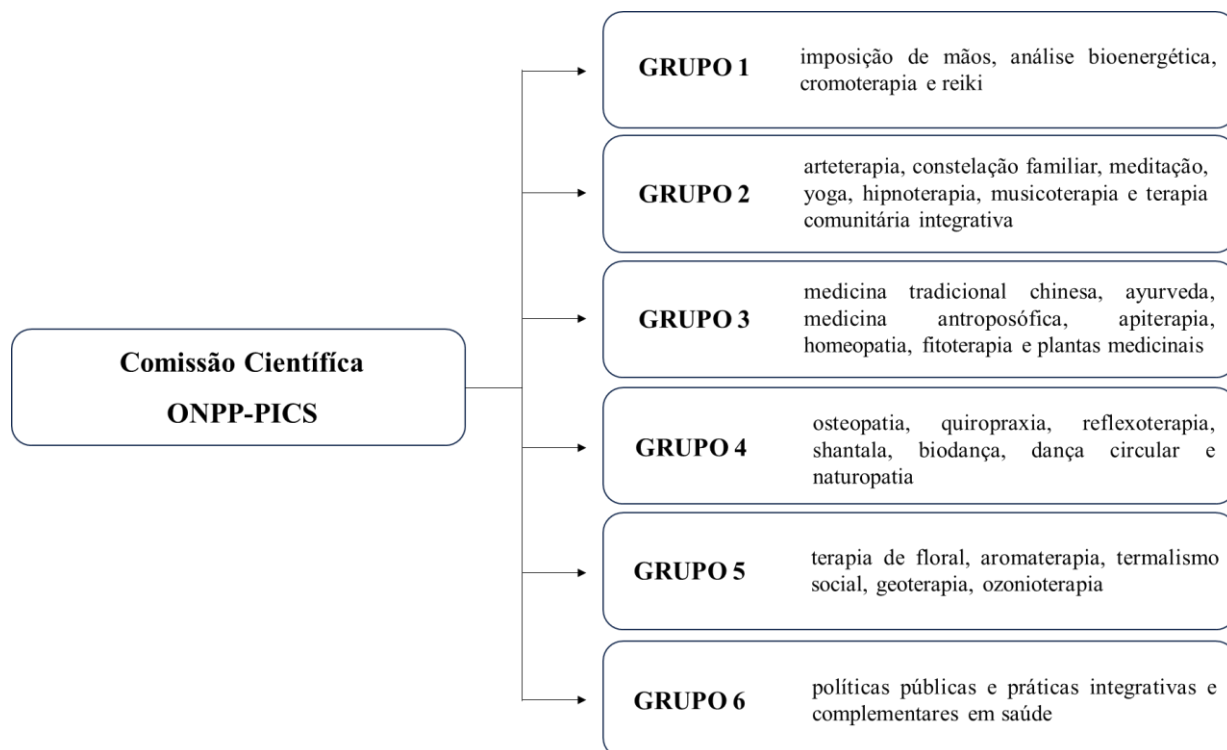


Figura 1 - Estrutura organizacional da ONPP-PICS, segundo grupos de trabalho criados e temas discutidos.